

**OS CONCEITOS DE MACRO & MICROTERRITORIALIDADES:
Uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril -
Jardim Alegre/PR**

**CONCEPTS OF MACRO & MICROTERRITORIALITYS:
An analysis of relational processes in the Settlement 8 de Abril -
Jardim Alegre/PR**

Cleiton Costa Denez

Doutorando em Geografia
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
cleiton.denez@hotmail.com

Resumo

A proposta aqui elaborada propõe-se a discutir e construir uma reflexão em torno dos desdobramentos do conceito de território, no caso as macro & microterritorialidades. Ainda se aplica os conceitos teóricos destacados para na análise dos processos relacionais que envolvem o Assentamento 8 de Abril – Jardim Alegre/PR. O trabalho se pautou em algumas revisões bibliográficas sobre o conceito de território e com observações, diálogos e entrevistas no Assentamento 8 de Abril construindo um paralelo com as questões teóricas e sua aplicabilidade sobre um objeto de estudo. As Macroterritorialidade se mostram por meio de atores como o Estado, o Mercado e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que por meio de um processo relacional atuam no interior do Assentamento 8 de Abril que constituiu uma microterritorialidade que produz por meio da confluência e contradição de esforços das estruturas macro. Os assentados se envolvem neste processo relacional que envolve a educação, política e a produção econômica. O assentamento caracteriza-se como uma microterritorialidade que recebe a influência de ambos os atores, porém, isso não quer dizer que é uma estrutura passiva, pois auto se organiza e constrói sua própria lógica e sua territorialidade neste processo.

Palavras-chave: Macroterritorialidades. Microterritorialidades. Assentamento 8 de Abril. Jardim Alegre. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Abstract

The proposal developed here proposes to discuss and build a reflection on the developments of the concept of territory, is of macro & microterritoriality. Still applies theoretical concepts deployed in the analysis of relational processes that involve the Settlement April 8 - Jardim Alegre / PR. The work was based on some literature reviews on the concept of territory, observations, conversations and interviews in 8 de Abril and building a parallel with the theoretical their applicability on an object of study. The Macroterritoriality is produced by actors such as the State, the Market and the Movement of Landless Workers (MST), which through a relational process work within the settlement 8 de Abril that produces a micro territoriality by confluence and

contradiction of efforts of macro structures. The settlers are involved in this relational process that involves education, political and economic output. The settlement is characterized as a microterritorialidade receiving the influence of both actors, but that does not mean that it is a passive structure, because it is organized and builds its own logic and its territoriality in this process.

Keywords: Macroterritoriality. Microterritoriality. Settlement 8 de Abril. Relational Process. Movement of Landless Workers (MST).

Introdução

O objetivo do presente trabalho é discutir os conceitos de macro & microterritorialidades aplicadas sobre o Assentamento 8 de Abril – Jardim Alegre/PR. O assentamento em questão se territorializou no espaço em que antes era a Fazenda Corumbataí, também conhecida por populares da região como fazenda “Sete Mil”. A fazenda permaneceu ocupada de 1996 até 2004, como um acampamento do MST, até a data de sua aquisição pela União, em que passou a ser um assentamento.

Para análise utiliza-se de algumas leituras realizadas no Assentamento 8 de Abril através de observações das relações internas do mesmo para aplicabilidade dos conceitos aqui foram cunhados, a partir de algumas reflexões iniciadas na dissertação de mestrado sobre o Assentamento 8 de Abril em Denez (2011). Para tanto se recorre a uma revisão bibliográfica sobre o conceito de território e territorialidade e algumas reflexões sobre os processos relacionais na construção de territorialidades e territórios.

A categoria território tem ganhando grande amplitude juntamente com as variantes do termo como territorialização, desterritorialização, reterritorialização, territorialidades, territorialismos, enfim, uma gama de derivações desta categoria que têm sido empregadas principalmente na análise das relações de poder no espaço. Neste sentido, pode ser destacada os desdobramentos do conceito que envolve atores, elementos e variantes para explicar as transformações condicionadas pelo processo de territorialização e vice-versa. Porém, é necessário entender a evolução do conceito ao longo do tempo até as variantes e abordagens que esta categoria abarca na atualidade.

Ao trazer para o debate os termos macroterritorialidade e microterritorialidade foi necessário compreender como que se originam as territorialidades, seu conteúdo,

quem as criou e para quê. Nas macroterritorialidades se agrupam territorialidades que já passaram pelo processo de expansão, tornando-se dominantes e atuando na homogeneização espacial de acordo com seus interesses, utilizando-se de toda estrutura macro. A estrutura macro pode ser o sistema jurídico, o Estado e os meios de comunicação, a partir dos quais é possível que estas territorialidades atuem em diferentes áreas ao mesmo tempo e, assim, se perpetuem. As microterritorialidades são grupos que tentem, dependendo de seu conteúdo, a resistir à expansão das macroterritorialidades, como os grupos tradicionais de faxinais, ribeirinhos, sem-terra e etc. Estes grupos se organizam de formas e princípios diferentes dos modelos dominantes das macroterritorialidades e resistem à sua expansão.

As macroterritorialidade e microterritorialidades se produzem através de um processo relacional envolvendo diferentes atores nesse processo, tal leitura pode ser realizada sobre diferentes atores que tem o território como “trunfo”. Como já mencionado, escolhemos o Assentamento 8 de Abril como exemplo de uma microterritorialidade que se produz pela confluência de diferentes atores, como o Estado, o Mercado e o MST, que atuam em um processo relacional no Assentamento.

No primeiro tópico desse texto, temos uma breve retomada do conceito de território e seus desdobramentos que ocorreram a partir de seu uso em novas leituras e abordagens. Em seguida, os conceitos de macroterritorialidade e microterritorialidade que foram desenvolvidos em Denez (2011) a partir de algumas reflexões da leitura de Castells (2008) combinadas com Raffestin (2009) e Muscará (2009) e por último um esforço teórico que se completa com uma análise do Assentamento 08 de Abril aplicado as reflexões sobre as relações no interior do mesmo.

O conceito de território e seus desdobramentos

O conceito de território teve como precursor Friedrich Ratzel (1844-1904), conhecido como pai da geografia política, o qual se destacou no auge do desenvolvimento da ciência geográfica no século XIX. Ao abordar a concepção de Ratzel, o objetivo é refletir sobre uma possível base para a discussão do conceito de território do século XIX à atualidade. Não é pretensão rever toda a bibliografia

relacionada a este conceito, em uma continuidade oriunda no século XIX e que transcorre aos dias de hoje, até porque, usamos tal conceito para compreensão da realidade. Nesse ponto, a realidade deve determinar o conteúdo e as formas dos conceitos e não o contrário.

Na Geografia Clássica o território era entendido como um espaço com limites e fronteiras bem definidos em que a população estaria inserida e levando, assim, à constituição do Estado.

Como o estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida, que o Estado não pode existir sem um solo (RATZEL, 1983, p. 93).

Neste ponto território, na visão clássica, está ligado ao exercício do poder exclusivamente do Estado sobre o espaço, não considerando outros agentes que exercem poder e constituem territórios. O território teria, nesta perspectiva, uma ligação vital ao solo. Souza (2009) destaca que Ratzel praticamente confundia território com o solo: “o termo território se refere, na Politische Geographie, como um recorte espacial que no frígido dos ovos, praticamente se confunde com o *Bonden*¹,” (SOUZA, 2009, p. 63). Souza (2009) frisa que o propósito de seu texto é desfazer alguns mal-entendidos, que inúmeras vezes foram empregados na leitura do texto de Souza (1995), e em várias análises e pesquisas que o autor considera um mal-entendido na aplicação do seu raciocínio. “Não pude concordar com autores que diziam concordar comigo, tamanha a simplificação, ou mesmo a descaracterização do meu raciocínio” (SOUZA, 2009, p. 58). O autor ainda destaca o “modismo” em torno do conceito de território, ou como ele se refere: uma “coqueluche”, usado abusivamente o conceito em detrimento de outros tão importantes quanto este. Em meio ao “modismo” em que o conceito utilizado vive na atualidade, torna-se difícil defini-lo bem para sua aplicação diante tamanhas “divergências e confusões” (SOUZA, 2009, p. 58).

Em meio ao chamado “modismo” do conceito de território, a opção se dá por

¹ Solo em alemão, *Boden*. Souza (2009)

considerar suas variantes que, em conjunto, formam um **sistema territorial**, quando bem aplicado, e pode explicar as relações que se dão em torno da disputa e produção do e sobre o espaço. Assim, como as relações sobre o espaço de ordem política, econômica e social produzem territorialidades e territórios, ou vice-versa, em um processo dialético.

Para Souza (2009), na Geografia Clássica houve uma “coisificação” do território por Ratzel fazer uma constante alusão ao “Boden”, ou como o próprio já mencionava: “que não se concebe um Estado sem território” (RATZEL, 1983, p. 93). Com esta alusão do território ao solo, para Souza (2009), não houve justificativa suficiente para a “emancipação” do termo território para conceito, devido à complexidade, indo além da materialidade. Ao destacar que o território vai além da materialidade, não se revoga a importância do ambiente e sim, acrescenta-se que não é apenas o substrato e sua delimitação, mas as diversas relações humanas sobre o espaço que dão origem ao território, territórios ou territorialidades

Nesse sentido, retomam-se as discussões sobre o território a partir da década de 1960. Isso porque o conceito ressurgiu a partir das transformações sociais e da evolução da ciência. Nesse período, sua definição passou a ir além das esferas políticas e econômicas de um determinado espaço que constitui o Estado, ou seja, deixou de ser “coisificado” a partir de algumas leituras sobre a sua manifestação. Souza (2009) ressalta que a virada conceitual se deu a partir de várias fontes que agiram de forma direta ou indireta e, destaca ainda, que somente a partir das décadas de 1980 e 1990 o ambiente estava pronto para que as primeiras sínteses fossem tentadas. Tais mudanças levaram a ser considerados os diferentes atores e grupos de interesse que atuam na apropriação do espaço e produção de territórios.

Haesbaert (2004b) faz uma retomada da abordagem a partir do território, reconstruindo alguns caminhos para a discussão da abordagem sobre Desterritorialização, que foi um elemento territorial abordado em sua pesquisa “O mito da Desterritorialização”. O termo território, segundo Haesbaert (2004b), originou-se com duplo sentido, no ponto em que a origem etimológica está ligada ao pedaço de terra apropriado e também ao terror:

[...] a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (no Digeste, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Di Méo comenta que o *jus terrendi* se confundia com o “direito de aterrorizar” (*terrifier*, em francês) (HAESBAERT, 2004b, p. 43).

Segundo o Dicionário de Inglês Oxford, a origem etimológica apresenta-se duvidosa, tornando-se perigoso acatar qualquer uma como a certa. Quanto a isso:

De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar esta analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um procedimento, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o “território” inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam) (HAESBAERT, 2004b, p. 43).

Em Haesbaert (2004 b), o território pode apresentar várias concepções, e destaca duas vertentes, uma materialista e outra idealista. Na visão materialista, são elas: a naturalista, a de base econômica e a jurídica política. O território naturalista é aquele que leva em conta a relação dos animais com o seu espaço, possuindo cada qual um local específico de sobrevivência. Segundo Di Méo apud Haesbaert (2004 b), a concepção mais primitiva de território é esta: “espaço defendido por todo animal confrontando com a necessidade de se proteger” (HAESBAERT. 2004 b, p. 42). Na visão idealista de território são empregados aspectos culturais sobre determinado espaço. O exercício do poder constitui parte da construção do território, sendo necessário para sua organização e manutenção. Neste aspecto, ocorre a disputa pelo espaço para a construção do território, que ganha identidade a partir da apropriação do espaço, construindo conjugações simbólicas e culturais. Dessa forma, outro elemento territorial é a territorialidade, que se produz por meio da identidade e se manifesta nas relações espaciais permeadas pelos aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, que se territorializam por meio da apropriação do espaço com diferentes atores e situações, entre esses, os sem-terra, que possuem uma identidade construída por elementos e fatores que moldaram sua identidade.

É necessário destacar as novas abordagens na utilização do conceito como Haesbaert (2004a), ao empregar o termo “*multiterritorialidades*” para se referir à sobreposição de territórios de diferentes naturezas, como de ordem econômica, política e cultural, que se dá sobre o espaço e que se fragmenta na sua ocupação por diferentes grupos. Assim, também se produzem territórios homogêneos com esta “multiplicidade” de ordens. O território, na sua dimensão econômica, prioriza o espaço como fonte de recursos, sendo motivo para disputas entre classes ou grupos antagônicos. Em sua dimensão cultural há a valorização simbólica do espaço, em que o território é um produto da apropriação.

É interessante mencionar a abordagem sobre o território em sua multidimensionalidade e sua articulação no tempo e espaço na sua constituição, como a dualidade entre material e imaterial para construção de territórios, sendo que este é primeiro imaginado pelo homem ou por grupos humanos para depois se fazer sobre o espaço. Souza (2009) destaca que o território é um “campo de força”, sendo uma: “dimensão do espaço social”, neste ponto ele é “intangível” e “intocável” (SOUZA, 2009, p. 66), ele é imaterial, porém, é a expressão espacial sobre o espaço.

Antes, Raffestin (1993) já mencionava o território como algo construído sobre o espaço. Nesse sentido, o território não é o espaço e sim uma construção humana sobre ele. O território importa relações de posse de uma parte do espaço e a partir de então se tem a sua fragmentação em vários territórios e de diferentes naturezas. O “espaço é anterior ao território e se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 113). Ainda destaca que: “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 114). Como o poder é uma relação social, o território é a expressão espacial desta relação e a relação humana que se produz sobre o espaço. “A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial e material... ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato” (SOUZA, 2009, p. 66).

O território é o espaço apropriado por grupos humanos que se utilizam dos seus recursos e estabelecem características culturais a este espaço, estando inseridas, assim,

as relações de poder e os conflitos que o envolvem.

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e suas apropriações simbólicas, ora conjugadas e mutuamente forçadas, ora desconectadas e contraditoriamente articuladas (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Na apropriação do espaço, o exercício do poder é um campo de ação que se modifica no espaço-tempo por meio da conjugação e contraposição de forças sobre o espaço. Ao analisar a história, observa-se que a apropriação do espaço para a sobrevivência sempre esteve em posse de determinados grupos, levando à exclusão de outros e, assim, sua existência se dá pela contradição.

Em Haesbaert (2004a) é discutida a multidimensionalidade do território assim como Raffestin (1993), que apresenta os trunfos do poder e o território com dimensões políticas, econômicas e culturais que se moldam por meio das relações humanas no espaço. Na dimensão política do território o espaço é delimitado e controlado pelo exercício do poder. Geralmente se pensa no território do Estado/Nação como exemplo clássico de poder sobre o espaço, porém, é necessário mencionar que este não é exclusivo do Estado, sendo que o poder político pode ser exercido por vários e diferenciados grupos, assim, como mencionado por Souza (2009).

Faz-se necessário ressaltar ainda sobre a diversidade das variantes da categoria geográfica o território modificado pelas redes e fluxos, constituído pelo trabalho projetado no espaço. Desta forma, os territórios se sobrepõem em um mesmo espaço geográfico devido às complexas formas de apropriação e delimitação de um território. Ao pensar em uma área que se exerce poder, que segundo Haesbaert (2004b), logo se pensa em zoneamento na clássica visão de “territórios zonas”, ou malhas em que o espaço é bem delimitado por divisas claras. Para Haesbaert (2004a) sobre os “territórios redes” é necessário pensar numa dinâmica do território diferente da zonal, com a sobreposição e áreas de abrangência que vão além das fronteiras.

Souza (2001) destaca o território também como político e cultural, identificando grupos que estabelecem relações de poder, formando territórios no conflito das diferenças culturais. O autor levanta a existência de vários territórios, como

o da prostituição, do narcotráfico, das gangues, etc. Assim, um acampamento ou assentamento do MST é delimitado por relações de poder constituindo um território, produzindo variados **elementos e processos territoriais**.

Pode ser destacado como **elementos territoriais**: territorialidades e territorialismos, multiterritorialidades, multiplaterritorialidades e como **processos territoriais**: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Podem ser destacadas também **escalas territoriais** como: macroterritorialidades, microterritorialidades e o termo utilizado por Souza (2009) “*nanoterritórios*”.

No processo de territorialização, compreendido como a construção de um território, o processo territorial tem o trabalho como elemento chave da relação entre a sociedade e o espaço natural, sendo que através deste último, a humanidade o recria para a subsistência e continuidade da vida social. Esta ação leva à valorização do espaço apropriado como território, adquirindo características técnica, social, cultural e política. Para Raffestin (1993), o território é demarcado pelo processo histórico, por uma ação que exerce poder sobre uma determinada área e a ela agrega valor.

[...] um espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] É uma produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

No território são agregados os mais variados valores, desde os econômicos aos culturais, que se moldam em um campo simbólico. E como a todo o momento o território é motivo de luta entre grupos antagônicos que se materializam no espaço, tais grupos constituem suas territorialidades, com elementos territoriais que os caracterizam e os diferenciam dos demais, desenvolvendo e criando uma identidade a cada território. A territorialidade é criada no seio do território e expressa a identidade, isto através das várias relações que ocorrem no território.

O território se produz através da ação humana sobre o espaço, a partir das relações de poder, que geram elementos, processos e escalas territoriais. Neste aspecto, o campo de poder envolve também outras relações como econômicas, políticas, culturais e sociais, dando forma a um **sistema territorial complexo** que, segundo

Raffestin (2009), passa por variantes de um **ambiente social (SO)** e um ambiente **orgânico e/ou inorgânico (SE)**. Esse processo relacional dá aspecto ao território e aos seus elementos como a territorialidades e os processos que ocorrem no seu interior juntamente com as escalas.

Estas territorialidades podem ser produzidas a partir destes contornos conjugados e ainda em diferentes escalas como em forma macro, que produzem territorialidades de forma homogeneizadoras e de formas micro, que resistem a esta expansão e produzem sua própria territorialidade, mesmo que influenciada pelas formas macro.

Os conceitos de macro & microterritorialidades

Cada forma de territorialidade tem um conteúdo e uma identidade que é: “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2008, p. 22). Nesta perspectiva, toda identidade é construída, porém, o principal é entender como, a partir de que, por quem, e para que isso ocorre. Tempo e espaço que abrigam diferentes tendências, ações e objetos que são a base para a construção de uma determinada identidade e conseqüentemente territorialidades. A característica da identidade está na base das ações que ocorrem dentro e fora do território, em um processo que envolve o que entra e o que sai do território, fornecendo os genes que serão determinantes para seu conteúdo.

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que esta identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder, proponho uma distinção entre três formas de origens e construção de identidades [...] (CASTELLS, 2008, p. 23-24).

Cada grupo que constrói sua identidade, assim o faz por interesses econômicos, sociais e políticos que são expressos de uma forma simbólica. Neste ponto, cria-se um sentido, um significado, com o objetivo de se perpetuar as relações e condições que lhe dão forma.

Muscará (2009) retoma o conceito de iconografia de Jean Gottmann, que representa a distinção produtora da compartimentação do espaço através da combinação de elementos religiosos, políticos e sociais.

Na acepção de Jean Gottmann, a iconografia regional identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade da limítrofe em um território densa e diferentemente povoado como o europeu. Isso é produto da história da comunidade e manifesta-se nas tradições locais e na variedade das paisagens culturais e econômicas. A iconografia pode conter uma combinação única de elementos religiosos, políticos e sociais que são estratificados no decorrer do tempo e a história da Europa mostra isso claramente (MUSCARÁ, 2009, p. 39-40).

Assim, como a iconografia de Jean Gottmann, a construção da identidade está pautada nas relações de poder e, portando, cria-se territorialidade a partir da matéria que dá base para a sua existência, havendo territorialidade de diferentes naturezas, que podem se inter-relacionar ou se contrapor. A inter-relação ou a contraposição ocorre a partir do que está em jogo.

“Hábitos, modos de vida, tradições de uma comunidade podem ser conservadas por gerações também depois de migrações para um novo território” (MUSCARÁ, 2009, p. 40/41). Hábitos e costumes dão forma à iconografia que representava a diferenciação de áreas e assim, supostamente, uma identidade ou até mesmo territorialidades. O conceito de iconografia é retomado por ter a mesma conotação ou conteúdo do conceito de territorialidade. O conceito utilizado por Gottmann buscava explicar a resistência de grupos, por meio de homogeneidade de um agrupamento sobre o espaço, que se dava através da combinação de elementos culturais, econômicos e políticos de uma dada sociedade. Esta homogeneidade, explicada por meio do conceito de iconografia, poderia demonstrar a resistência de determinados grupos em relação aos outros. Assim, “ocorre que a resistência oposta pelas civilizações asiáticas à penetração europeia, lembrada por E. F. Gautier², manifesta-se na presença de fortes iconografias locais” (MUSCARÁ, 2009, p. 41).

² E. F. Gautier, 1931, *Moeurs et Coutumes des Muslmans*, Paris, Payot. (apud MUSCARÁ, 2009).

Assim quando uma comunidade sente-se ameaçada com excessivas mudanças, ela pode opor resistência apelando para a própria iconografia, que não somente age na identidade reforçando a coesão interna, mas protege a comunidade também no plano espacial (MUSCARÁ, 2009, p.43).

A iconografia sustentava a coesão interna de determinada comunidade e ainda a protegia. Coesão e proteção que se construíam por meio das relações econômicas, políticas e culturais que davam homogeneidade e sentimento de pertença a uma determinada comunidade.

Em analogia a Castells (2008), ao abordar diferentes formas de origens em construção de identidade, pode-se definir diferentes formas de origens e construções de territorialidades. Para Castells (2008) existem:

Identities legitimadoras: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. Identidade de resistência: Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas, pela lógica da dominação, construído assim, trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõem Calhoun ao explicar o surgimento da política da identidade. Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24).

Da mesma forma que Castells (2008) classifica-se uma territorialidade legitimadora, ou macroterritorialidade, territorialidade de resistência ou microterritorialidade e a territorialidade de projeto ou territorialidade transformadora. A macroterritorialidade pode ser representada pela estrutura territorial que exerce poder de forma macro, como as instituições tradicionais, Estado e empresas transnacionais, as estruturas dominantes e conservadoras. Já as microterritorialidades se expressam em grupos que confrontam a autoridade e dominação, caracterizados por possíveis grupos excluídos que constroem uma identidade em torno de suas necessidades, ou grupos que possuem uma área de atuação que está em processo de expansão, confrontando

territorialidades maiores ou resistindo à expansão sobre suas áreas de existência e atuação. Assim como os movimentos sociais que constroem uma identidade de grupo que se espacializa nos acampamentos como uma forma de resistência da expansão do neoliberalismo no campo.

Pode ser mencionado, a partir desta abordagem, o MST, como uma microterritorialidade que atua na organização dos sem-terras. A microterritorialidade do MST resiste à expansão homogeneizadora do capital no campo, que atua de forma macroterritorial, como no caso do agronegócio e o Estado, que regulamentam e organizam a ocupação do campo de acordo com seus interesses.

O assentado isoladamente atua de forma microterritorial para sua reprodução, porém, a partir de sua atuação com a identidade sem-terra, por meio da organização do MST, pode atuar de forma macroterritorial no espaço. O MST, com suas conhecidas formas de resistência, cria a possibilidade de enfrentamento da expansão macroterritorial voraz do capital sobre o campo, em detrimento da pequena agricultura. Desta forma, as microterritorialidades e macroterritorialidades normalmente são simultâneas.

O indivíduo incorpora a identidade que trará benefícios para si, identificando-se com o grupo que melhor expressa suas necessidades. Para Castells (2008), identidades que começam como de resistências podem acabar resultando em projetos ou mesmo tornando-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se, assim, em identidades legitimadoras.

Os vários movimentos que agiam de forma isolada atuavam de forma microterritorial, sendo assim localizadas. Com a criação do MST houve um agrupamento de forças e uma atuação homogeneizadora e macroterritorial sobre a “bandeira” do MST.

Nos assentamentos há microterritorialidades formadas em meio diversas variantes, que contribuem para a sua forma e conteúdo. Uma destas variantes é a ação do MST que atua de forma macro sobre todos os assentamentos e que organiza as ocupações, estando presente a partir dos próprios assentados, que se reconhecem como sem-terra. Assim, os assentamentos do MST têm algo em comum que é o “ambiente

social”, Raffestin (2009), que foi produzido por meio da intervenção do MST, com a formação de base e organização político-social que se reproduz, em grande parte, dos assentamentos quase da mesma forma. Esta organização se dá em forma de núcleos de base e em brigadas que partem do interior do assentamento à escala nacional, permitindo uma estrutura em rede do MST e uma atuação macroterritorial em quase todo território brasileiro.

O exercício do poder está na construção de uma territorialidade que se cria no dia-a-dia, com representações ou instituições que atuam de forma simbólica e abstrata ou concreta. Nunca haverá uma territorialidade única e hegemônica, assim como pregam a desconstrução dos territórios pela globalização. Diversas situações demonstram que a globalização carrega consigo um caráter político, econômico e cultural sendo pela sua forma macro uma territorialidade legitimadora ou uma macroterritorialidade, porém, são notórias as diversas territorialidades que resistem a este processo que tentam atuar de forma hegemônica. Neste ponto, há um processo constante de construção e desconstrução de territorialidades.

O território é conceito base para nossa abordagem. Assim, suas variantes fazem parte da compreensão da realidade que é apresentada a partir de territorialidades, que se moldam através das diversas relações que ocorrem de forma interna na combinação de uma homogeneidade, que também leva a diferenciação de outras formas. Os assentamentos se produzem por meio de territorialidades que levam a sua territorialização e se reproduzem como assentamento que vão se moldando, a partir da correlação das variantes sociais e atores que se fazem presentes nos assentamentos. Uma destas variantes e atores que produzem esta territorialidade do assentamento é o MST, movimento social que tem se transformado ao longo tempo em uma organização social pela complexidade de suas relações, pode ser também citado outros atores como o Estado e o Mercado.

Macro & microterritorialidades no assentamento 8 de abril

Com a territorialização do Assentamento 8 de Abril, por meio das territorialidades do MST, em confronto com a estrutura territorial anterior, houve à

posse efetiva do território que ocorreu após um longo processo de ocupação e conflitos, que acabou legitimado pelo Estado com a compra da propriedade. Nesse processo, desenvolveu-se o confronto às estruturas dominantes do momento, porém, sempre há conflitos internos, que em situações com um objetivo maior são deixados de lado, como o caso da ocupação, que exigia grande coesão do grupo para enfrentar o adversário, por meio de união de esforços.

Em uma escala macro é possível compreender os conflitos das contradições geradas pelo capitalismo: movimento social x estrutura dominante. Por outro lado, é possível analisar os conflitos em uma escala micro por meio das contradições e processos internos do movimento, no caso o MST. Parte-se de uma visão macro de análise a partir do MST e sua organização frente ao sistema capitalista e de uma visão micro ao analisar os conflitos presentes no cotidiano, nesse caso, no Assentamento 8 de Abril.

Estes conflitos cotidianos se mostram a partir de territorialidades que são produzidas através das manifestações e diversas relações que ocorre no interior do Assentamento 08 de Abril. Enfocam-se esses conflitos e essa relação por uma fundamentação teórica pautada em um sistema de estruturas e representações territoriais, que explica esses processos de forma macro e micro.

Em um enfoque **macroterritorial** está o **Estado**, o **MST** e o **Mercado** de uma forma geral. Na perspectiva **microterritorial** se destaca as **relações do interior** do Assentamento 08 de Abril que ocorrem a partir das relações sociais, econômicas e políticas que ocorrem em seu interior.

O Estado, através das instituições, o aparato repressivo e ainda a ação do capital, pressiona os excluídos do campo, que se organizam em torno do movimento, como o MST, resistindo à dominação de forças macroterritoriais. Cria-se, assim, um campo de confronto e conjugação de forças para sobrevivência. O MST, através da organização política dos processos relacionais, se apresenta como uma territorialidade transformadora, com os assentamentos e toda sua estrutura, que redefine o papel de exclusão do sem-terra em nova posição na sociedade, organizando-se de forma macro também.

Com a estruturação do acampamento e com a posse da terra pelos acampados, constituindo o assentamento, o sem-terra passou a carregar consigo a história e a marca de um grupo que compartilha os mesmos objetivos. Essa construção humana cheia de abstrações e materialidades sobre o espaço torna-se territorialidades e território. Em Saquet (2009), o território é resultado das territorialidades efetivadas pelo homem e, nesse aspecto, as territorialidades do MST que organizaram a ocupação da Fazenda “Sete Mil” construíram um território. A territorialização é realizada a partir das territorialidades que são sobrepostas a este espaço. O espaço físico ocupado pelo assentamento é o mesmo que era ocupado pela fazenda (figura 01). Então, o que há de diferente nesse espaço delimitado? Há, justamente, uma nova territorialização sobre o mesmo. A partir dessa territorialização os assentados trouxeram consigo uma nova dinâmica territorial, tanto dentro como fora deste espaço delimitado.

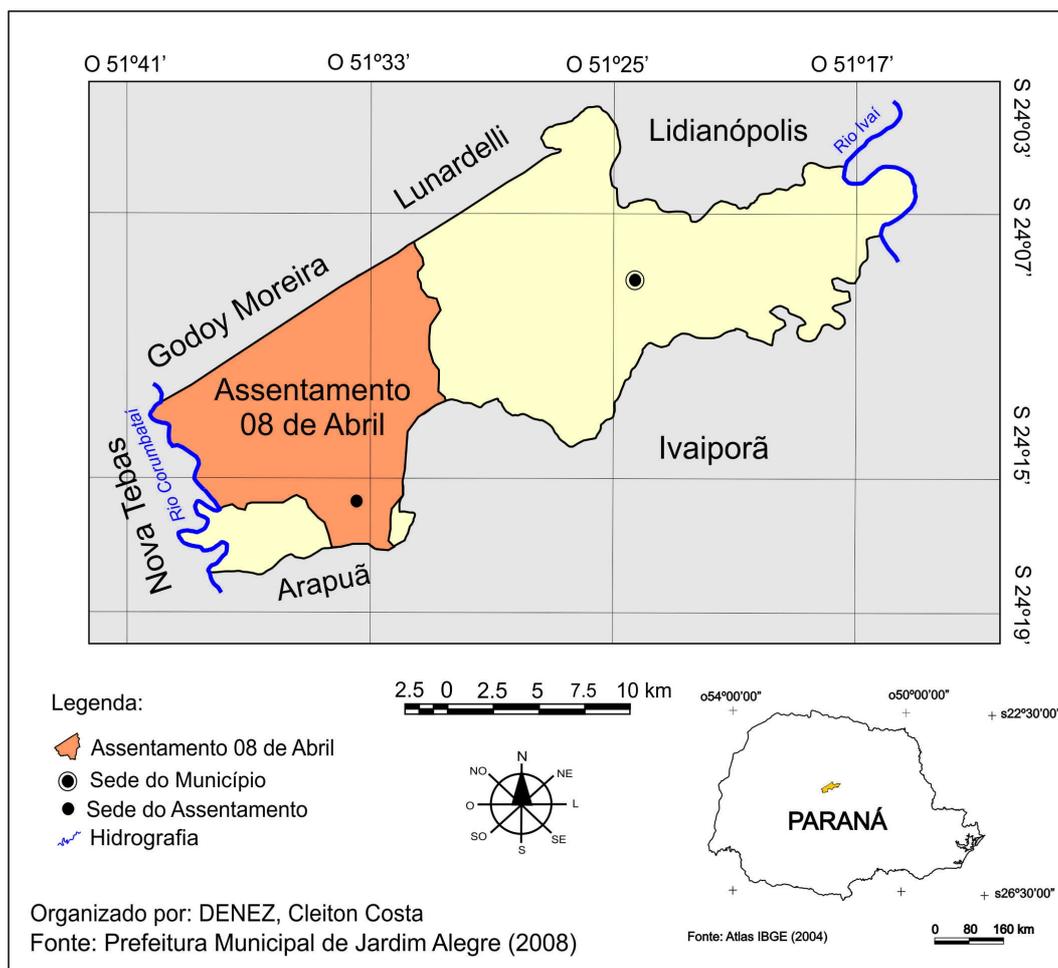


Figura 01: Área territorial do Assentamento 08 de Abril no município de Jardim Alegre

Saquet (2009), a partir das reflexões de Dematteis (1997), destaca que no território há relações internas e externas, assim, o assentamento está ligado a outros assentamentos por meio do MST, formando uma rede, como está ligado a acampamentos e a cidades vizinhas que mantêm relações com as famílias que o compõe e a população local. Toda essa articulação em rede faz parte da construção de territorialidades, sendo ela relacional e do dia-a-dia, a partir dos diferentes atores, objetos, ações e ambientes que se relacionam.

Para que ocorresse a territorialização do “8 de Abril”, já havia territorialidades em gestação, como destaca Saquet (2009) as territorialidades são relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território. As relações construíram a delimitação sobre o espaço ocupado pelo assentamento, sendo relações internas e externas, em um campo de força social, econômico e político. Saquet (2009) lembra que a territorialização se constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades que se apresentam multidimensionais, plurais e estão em unidades.

Podem ser ressaltados vários elementos que demonstrem a territorialidade ou as territorialidades do Assentamento 8 de Abril. Territorialidade, porque o assentamento, ao reunir os vários processos e campos de força do seu interior, reflete a sua homogeneidade e, por hora, a sua descontinuidade também. Saquet (2009) lembra que a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significando movimento histórico e relacional. Ao longo do tempo, as formas e os conteúdos do “8 de Abril” foram se construindo a partir das relações efetivadas nesse espaço. As territorialidades poderão ter como resultado a territorialização e, no território, serão o conteúdo, que em diferentes campos de força dará uma característica a este território, diferenciando-o dos demais e dando-lhe uma homogeneidade. Essas territorialidades estarão em constante processualidade, ou seja, elas se modificam com o tempo, a partir das contradições e dos vários campos de forças que se relacionam no interior e fora do território.

A partir das desigualdades e diferenças, pode-se trazer para o debate as territorialidades do assentamento, demonstrar como elas se constroem por meio dos

campos de força que os integram. Saquet (2009) destaca que este processo é multidimensional e pode ser detalhado através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária por meio das identidades. Os campos de força podem ser notados nos diferentes processos relacionais, como educação, organização política e na forma de produção do alimento e produtos para o mercado, bem como nas configurações que empregam no espaço apropriado.

A partir destas reflexões destacaram-se algumas “relações” efetivadas sobre o “ambiente geral” do assentamento como a educação, a produção e a organização política social. A partir dessas três relações pode-se analisar a correlação de forças entre os atores e a produção de territorialidades do assentamento.

Por meio do processo e formação institucional da educação no assentamento é forte a correlação e confronto entre: Estado x MST. O Estado, por intermédio do MEC, estado do Paraná e município de Jardim Alegre atua sobre estes espaços. O MEC na regulamentação e o estado do Paraná e o Município de Jardim Alegre na manutenção dos serviços. O mercado também se faz presente das mais diferentes formas no processo de ensino, com o objetivo de formação para o mercado de trabalho em grandes centros urbanos. Desta forma, estes atores atuam na lógica de homogeneização da educação inserida no processo de ensino como ocorre no resto da rede de ensino, atuando sem levar em conta as particularidades do assentamento.

O MST, por meio da organização que há no interior do assentamento, com a estrutura em rede que possui e atuando de forma macro, é responsável pelo enfrentamento para que a educação do assentamento leve em conta algumas particularidades do trabalhador rural assentado. Nesse processo relacional há vários envolvidos, como os professores que fazem parte da produção da territorialidade que se construirá juntamente com alunos, e pais de alunos que são os assentados.

Há desta forma, um confronto entre alguns professores em relação à presença da estrutura do MST na escola, por não estarem acostumados com a ação deste ator em outras escolas. Nessa relação, pela organização do MST, os pais se fazem presentes na escola, sendo este o princípio de uma educação democrática, pautada na autogestão da escola. Dessa forma, a territorialidade produzida nas escolas é pautada na participação

dos pais e assentados nas decisões da escola, em que a estrutura institucional ocorre nos moldes que o Estado mantém, porém, sua dinâmica é diferenciada pela orientação do MST sobre os assentados.

Na relação de produção o confronto Mercado x MST e a presença do Estado na manutenção de ambos. O MST, pela sua conjuntura, trabalha no enfrentamento do sistema para a realização da reforma agrária. Para este objetivo, o movimento se fundamenta em alguns princípios de esquerda que, com a implantação de assentamentos, perde força diante da ação do mercado. O mercado controla os objetivos e meios da produção a partir da acumulação. O MST trabalha com a produção para subsistência do assentado e para a não desarticulação dos produtores pela ação do mercado. O Estado atua na organização e na promoção de ambos, já que está organizado por meio de uma conjugação de interesses. Nessa lógica, o MST tem organizado os assentados para sua subsistência, por meio da Cooperativa Camponesa do Vale do Ivaí (COCAVI) e da produção de alimentos; e o mercado tem entrado no assentamento por meio de lavouras para exportação como a soja.

Por meio da organização social do assentamento se expressa a ação Estado x MST, com os processos que envolvem os assentados no interior do seu território. Esta ação se inicia com a organização da estrutura político-social do assentamento que segue as diretrizes do MST. Depois da organização interna, os assentados se inserem em estruturas do Estado, como a disputa pela Prefeitura e Câmara de Vereadores de Jardim Alegre. A organização interna do assentamento e o número de assentados têm dado ao assentamento um “peso” de decisão e articulação nas eleições municipais, através do Partido dos Trabalhadores (PT). A aliança e candidatos do PT têm sido vitoriosas desde que os assentados passaram a votar em Jardim Alegre. Esta ação levou a uma reação que é a rejeição por parte de alguns eleitores e grupos de Jardim Alegre em relação a aliança ao PT e ao assentamento. Os Assentado se alinham dessa maneira com o PT e grupos conservadores da cidade com quem faça o enfrentamento à esta aliança.

Assim, são territorialidades do “8 de Abril” construídas por meio da correlação de vários atores e um processo relacional sobre o ambiente: a organização coletiva, resistência e mobilização desta organização, que atua em diferentes campos como nas

eleições, ocupações de prédios públicos, como ocorreu na Prefeitura de Jardim Alegre em algumas situações para pressionar o poder local. Esta organização influencia também a produção, sendo responsável pela criação da COCAVI e articulação dos assentados na sua viabilidade para lidar com o mercado e subsistência das famílias para que o assentamento não se desarticule. Na educação, a organização política do assentamento tem trabalhado para que seus filhos sejam atendidos para uma formação voltada ao campo e para que a escola se produza a partir da participação dos assentados nas decisões, o que tem gerado conflitos.

Dessa forma, o assentamento funciona por meio da articulação de sua organização política, nos diferentes processos relacionais que ocorrem no seu interior, como produtor das territorialidades que são os frutos deste processo de confrontação e correlação de interesses do Mercado x Estado x MST = Assentamento.

Considerações

O MST se apresenta, nesse sentido, como uma macroterritorialidade que apresenta um papel homogeneizador na apropriação de espaços para a territorialização dos assentamentos. Já o assentamento, se configura como uma microterritorialidade que acontece a partir de suas próprias manifestações, porém, ela é influenciada pelas macroterritorialidades, em um processo de correlação do MST, do Estado e do Mercado.

O assentamento não se produz apenas pelos assentados e sim pela correlação de poderes que está envolvido na constituição de um sistema com vários elementos e variantes, que produz as territorialidades e o seu território. Neste sentido, destacar a territorialidade do Assentamento 08 de Abril sem mencionar o MST na sua constituição, não é possível, sendo que toda organização política interna do assentamento está estruturada de acordo com as diretrizes do MST. O Estado também se insere na produção das territorialidades por meio de uma conjugação de forças, assim como no modelo: Estado x MST x Mercado = Assentamento.

Como o assentamento se produz por meio deste processo relacional, ele é único em suas territorialidades, pois cada assentamento se produz a partir das correlações de força que pode se alterar pela presença mais forte ou não de um dos atores. Como

exemplo, pode ter assentamentos que não têm a presença do MST e, assim, a organização e a produção do território será diferente. Da mesma forma, pode haver um assentamento que a presença do MST é mais forte, o que pode alterar a dinâmica local. O assentamento caracteriza-se como uma microterritorialidade que recebe a influência de ambos os atores, porém, isso não quer dizer que é uma estrutura passiva, pois auto se organiza e constrói sua própria lógica e sua territorialidade nesse processo. Assim, o assentamento tem sua territorialidade e território como produto de um processo relacional complexo por meio da ação de diferentes atores e fatores envolvidos.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 530p.

DENEZ, Cleiton Costa. **A produção e representação de estruturas territoriais: o caso do assentamento 08 de Abril - Jardim Alegre/PR**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004^a

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 b.

_____. **Territórios Alternativos**. 2^a ed. Contexto. São Paulo, 2006.

MUSCARÁ, Luca. A Heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1^a ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1^a ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

_____. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

**Os conceitos de macro & microterritorialidades:
uma análise dos processos relacionais no
Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR**

Cleiton Costa Denez

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (antropogeografia)**. In: MORAES; Antonio C. R.). (org.) Ratzel. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *O solo a sociedade e o Estado*. In: **Revista do Departamento de Geografia**, 1983, n.2,p.93-101

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed. 2010.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.

_____. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

SOUZA, José Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia - Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

_____. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território; um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.

Recebido em 12/01/2012 Aceito para publicação em 30/08/2012.
